



PROCESSO DE PROMOÇÃO | QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2020

025. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – SOCIOLOGIA

(OPÇÃO: 027)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

01. O artigo 225 da *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1988, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações. O parágrafo 1º do referido artigo lista incumbências do Poder Público para efetivar esse direito, sendo uma delas promover a educação ambiental em todos os _____ e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna, conforme o texto constitucional.

- (A) dias letivos
- (B) processos formativos
- (C) níveis de ensino
- (D) eventos institucionais
- (E) processos eleitorais

02. Em seu Título VII, Capítulo I, a Lei nº 8.069/1990 dispõe sobre crimes praticados contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão. A esse respeito, o artigo 232 indica a pena a ser aplicada diante da seguinte conduta: submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.

Tal pena é de

- (A) detenção de seis meses a dois anos.
- (B) multa fixada em dez salários mínimos.
- (C) prestação de serviços à comunidade.
- (D) medida protetiva cautelar.
- (E) entrega de cestas básicas a entidades públicas.

03. A professora Eugênia foi procurada pelos pais de um de seus alunos relatando a seguinte situação: recentemente transferidos de outro país, eles não concordam com a classificação do filho no 3º ano do ensino fundamental, sob o argumento de que o domínio da língua portuguesa precisa ser aprimorado e que, por isso, temem que o filho se sinta defasado em relação à turma.

A professora, munida de um correto entendimento do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei nº 9.394/1996, explicou aos pais do aluno que a escola pode reclassificar os alunos, inclusive quando se trata de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base

- (A) a vontade manifesta da criança.
- (B) as normas curriculares gerais.
- (C) a disponibilidade de vagas.
- (D) a preferência dos pais ou responsáveis.
- (E) o estabelecimento de vínculos sociais.

04. O Decreto nº 6.949/2009 promulga a *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*. Em seu preâmbulo, o documento reconhece, entre outras considerações, que um grupo específico de pessoas está frequentemente exposto a maiores riscos, tanto no lar como fora dele, de sofrer violência, lesões ou abuso, descaso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração.

Trata-se de

- (A) homens e mulheres com deficiência visual.
- (B) meninos e meninas com transtornos globais de desenvolvimento.
- (C) homens e mulheres com deficiência física.
- (D) trabalhadores informais com deficiência.
- (E) mulheres e meninas com deficiência.

05. Considerando o parágrafo 1º do artigo 2º da Resolução CNE/CP nº 1/2012, os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, referem-se

- (A) à primazia de atenção a determinados grupos humanos em situação de vulnerabilidade.
- (B) à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.
- (C) à garantia da liberdade individual absoluta na expressão e na autodeterminação humana.
- (D) ao reconhecimento e à supressão das diferenças e das diversidades humanas.
- (E) ao respeito e à tolerância diante das atipicidades humanas.

06. A Lei nº 13.445/2017, em seu artigo 3º, estabelece princípios e diretrizes que devem reger a política migratória brasileira.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente um princípio previsto no referido artigo.

- (A) Proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante.
- (B) Discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional.
- (C) Respeito à autonomia de cada país na efetivação de práticas de expulsão ou deportação coletiva.
- (D) Distinção de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares.
- (E) Inclusão social, laboral e produtiva do migrante, prioritariamente por meio de iniciativa das organizações civis.

07. O parágrafo 2º do artigo 3º da Resolução CNE/CP nº 1/2004 (que institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*) estabelece:

As _____ promoverão o aprofundamento de estudos, para que os _____ concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas, em conformidade com as diretrizes do documento para o desenvolvimento da Educação das Relações Étnico-Raciais e do estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana.

- (A) diretorias de ensino ... Conselhos de Educação
- (B) equipes docentes ... alunos
- (C) entidades mantenedoras ... grêmios estudantis
- (D) coordenações pedagógicas ... professores
- (E) universidades ... sistemas de ensino

08. O Decreto nº 55.588/2010 dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo.

Tendo em vista o escopo específico das disposições do documento, seu texto explicita o entendimento de que “toda pessoa tem direito ao tratamento correspondente _____”.

A lacuna é corretamente preenchida por:

- (A) à sua aparência
- (B) à sua identidade normativa
- (C) ao seu gênero
- (D) à sua heteroidentificação
- (E) ao seu sexo biológico

09. A meta 6 do *Plano Estadual de Educação de São Paulo* (2016) refere-se à temática da educação integral.

Tendo em vista o que o documento estabelece a esse respeito na própria meta e nas estratégias para sua consecução, é correto afirmar:

- (A) a fixação dos docentes nas escolas é uma estratégia prevista para estimular a continuidade dos programas de educação integral.
- (B) os projetos de educação integral devem priorizar crianças em situação de carência cultural.
- (C) educação integral é equivalente a educação em tempo integral e deve ser garantida a todos os alunos da educação básica.
- (D) não há previsão de educação em tempo integral para o público da educação especial.
- (E) a oferta de educação em tempo integral não se aplica às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas.

10. Estudante matriculada no 2º ano do ensino fundamental, Maria sofreu um acidente que resultou em uma deficiência física, impedindo-a de se locomover de forma autônoma.

Ao buscar informar-se dos direitos da filha, seus pais leram a *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021) e entenderam, acertadamente, que um dos serviços a que Maria tem direito, no âmbito da Educação Especial, é

- (A) a sala de recursos, espaço multifuncional acessível e adaptado para atendimento de forma especializada, em substituição à sala de aula regular.
- (B) o reforço escolar, oferecido na forma de atendimento educacional especializado aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, preferencialmente no contraturno.
- (C) o transporte adaptado, disponibilizado quando necessário para que se garanta o acesso à escola, tendo em vista barreiras físicas que dificultem esse acesso.
- (D) o atendimento educacional domiciliar, ofertado por tempo indeterminado a estudantes que optam por não frequentar as aulas nas unidades escolares em virtude de suas condições físicas e/ou de seus valores familiares.
- (E) o atendimento educacional especializado, a ser efetuado exclusivamente na própria sala de aula, em turno letivo regular.

11. Tendo em vista a concepção do *Currículo Paulista* (2019) sobre competências cognitivas e socioemocionais, é correto afirmar que

- (A) as competências socioemocionais visam conformar subjetividades, enquanto as cognitivas permitem construir conhecimento.
- (B) as competências cognitivas são priorizadas na parte comum do currículo, ao passo que as socioemocionais predominam na parte diversificada.
- (C) competências socioemocionais impactam na permanência dos estudantes na escola, enquanto as cognitivas têm relação mais direta com a empregabilidade.
- (D) algumas competências socioemocionais (como a empatia) devem ser trabalhadas de forma independente do pensamento crítico, de cunho cognitivo, a fim de garantir seu pleno desenvolvimento.
- (E) a simultaneidade na mobilização das competências cognitivas e socioemocionais deve ser intencionalmente explorada.

12. No documento *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (2004), afirma-se que os Conselhos Escolares representam, especificamente,

- (A) as Secretarias de Educação.
- (B) o Poder Público.
- (C) a Associação de Pais e Mestres.
- (D) as comunidades escolar e local.
- (E) as entidades mantenedoras.

13. Em suas reflexões sobre os novos desafios para a educação na era da Inteligência Artificial (IA), Azambuja e Silva (2024) argumentam que, apesar de a aplicação da IA no campo educacional resultar em muitas vantagens, ela
- (A) não substitui o papel crucial dos educadores humanos, que devem atuar principalmente como mentores e facilitadores do aprendizado dos alunos.
 - (B) não é eficiente na captura e na transmissão de saberes disciplinares especializados, ainda que garanta maior eficácia em conhecimentos transversais.
 - (C) massifica a aprendizagem, sendo incapaz de dedicar-se individualmente a cada aluno a fim de promover um aprendizado personalizado.
 - (D) não tem o potencial de substituição das habilidades humanas cognitivas que envolvem conhecimento explícito ou habilidades técnicas.
 - (E) tende a tornar o ensino ainda menos democrático, pois aumenta os custos da educação e reduz o acesso a cursos e conhecimentos.

14. Ao discutir o impacto das avaliações educacionais sobre o rendimento escolar, Carvalho (em Carvalho e outros, 2007) afirma que tais dados avaliativos não são apropriados pelos professores, pela escola, pelos alunos e pela comunidade. A esse respeito, a autora menciona um aspecto que, segundo ela, estaria ausente nas pesquisas avaliativas, contribuindo para essa falta de apropriação.

Ela se refere, especificamente, à ausência de

- (A) avaliações em quantidade suficiente.
- (B) rigor metodológico na condução dos instrumentos avaliativos.
- (C) um processo devolutivo.
- (D) interesse da comunidade na melhoria da escola.
- (E) dados expressivos.

15. Ceccon e outros (2009), ao discutirem conflitos escolares, mencionam diferentes tipos de justiça e suas respectivas formas de lidar com infrações. Amparados em Melo, Ednir e Cury (2009), os referidos autores apresentam um tipo específico de justiça nos seguintes termos:

Processo de resolução de conflitos em que não cabe punição. Tem caráter dialógico e inclusivo. Funda-se na autonomia da vontade e na participação de todas as pessoas afetadas direta ou indiretamente pela violência. Conduz ao estabelecimento de um plano de ação para que as necessidades de todos os afetados sejam atendidas, com garantia ampla de seus direitos e reconhecimento voluntário das responsabilidades dos envolvidos.

(Cláudia Ceccon e outros, *Conflitos na escola: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como*)

Trata-se da justiça

- (A) corretiva.
- (B) restaurativa.
- (C) retributiva.
- (D) vindicativa.
- (E) pacífica.

16. Costa e Vieira (2000) afirmam que as crianças são heterônomas e os adultos são ou deveriam ser autônomos.

Os adolescentes, por sua vez, segundo os autores, são detentores de uma

- (A) independência plena.
- (B) interdependência transitória.
- (C) anomia aguda.
- (D) autonomia relativa.
- (E) heteronomia perene.

17. Leia o excerto a seguir.

Habilidade de focar na tarefa em questão e ignorar a distração. É a habilidade de selecionar ao que você presta atenção – excluir as distrações e travar o sinal – e tem “efeitos reverberantes” no sucesso na linguagem, na alfabetização e na matemática.

(Doug Lemov, *Aula nota 10 3.0: 63 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula*. Adaptado)

Essa definição, de acordo com o autor, corresponde especificamente ao conceito de

- (A) memória dinâmica.
- (B) foco alternado.
- (C) atenção seletiva.
- (D) controle inibitório.
- (E) plasticidade cerebral.

18. Considere a situação hipotética a seguir, apresentada por Lemov (2023).

Digamos que você dá a mesma aula duas vezes por dia: o terceiro e o quinto período. Sua turma no terceiro período é falante e animada – algumas vezes tão animada que você tem que interromper a tagarelice e as digressões para mantê-los no trilho. Os alunos do quinto período são mais introvertidos. Muito mentais, na verdade, mas eles precisam de uns cutucões para falar. Você usa o mesmo plano de aula para as duas turmas, mas se prepara de forma diferente.

(Doug Lemov, *Aula nota 10 3.0: 63 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula*)

Segundo os argumentos do autor, é correto afirmar que a conduta de usar o mesmo plano de aula para as duas turmas, mas se preparar de forma diferente é

- (A) imprópria, sendo que os hábitos de preparação de aula devem unificar as técnicas utilizadas para diferentes grupos diante de um mesmo planejamento.
- (B) excessiva, sendo que os hábitos de preparação de aula sobrecarregam a rotina docente.
- (C) contingente, sendo que os hábitos de preparação de aula tornam-se prescindíveis com o tempo e a experiência.
- (D) indesejável, sendo que turmas diferentes requerem planos e preparações necessariamente diferentes.
- (E) adequada, sendo que os hábitos de preparação de aula podem reduzir a carga de trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

19. De acordo com a concepção de inclusão escolar defendida por Mantoan (2015), é fundamental

- (A) que o professor diferencie o ensino para cada aluno, individualizando os métodos, as estratégias e o grau de complexidade dos conteúdos.
- (B) que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos.
- (C) assumir que o professor tem a chave para melhor explicar e dosar os conhecimentos que os alunos devem aprender.
- (D) que sejam propostos trabalhos coletivos para grupos de alunos organizados por nível de desempenho escolar, determinando objetivos comuns para cada nível.
- (E) suprimir o caráter diagnóstico da avaliação escolar por uma visão efetivamente classificatória, a fim de reduzir a tendência a estereótipos.

20. Ao traçar as dez dimensões de sua concepção de *feedback*, Williams (2005) argumenta que, para que um *feedback* seja eficiente, o ideal é que a opinião sobre um trabalho seja dada

- (A) a partir de conselhos, mesmo quando a pessoa não os solicita.
- (B) de forma objetiva, evitando apresentar exemplos e descrever sentimentos.
- (C) com foco na personalidade do colaborador, e não em comportamentos específicos.
- (D) imediatamente, de preferência em um clima de pouca tensão.
- (E) em público, de modo que outros colaboradores possam aprender com as críticas.

21. Em 2021, enquanto o rendimento médio de pessoas ocupadas brancas atingiu R\$ 19,00 por hora, os valores para pretas (R\$ 10,90) ou pardas (R\$ 11,30) foram inferiores. Observou-se que, quanto mais alto o nível de instrução, maior o rendimento, sendo significativo para quem possui o ensino superior completo. Entretanto, as disparidades de rendimentos do trabalho, sob a ótica da cor ou raça, estão presentes em todos os níveis de instrução. Com ensino superior completo ou mais, as pessoas brancas ganharam, em média, 50% a mais do que as de cor ou raça preta e cerca de 40% a mais do que as pardas.

(BRASIL – IBGE, 2022, Adaptado)

A partir dos dados apresentados no excerto, cabe afirmar que

- (A) as desigualdades permeiam as relações de trabalho.
- (B) a educação superior promove a igualdade.
- (C) a instrução formal reduz as disparidades sociais.
- (D) o perfil racial é irrelevante em uma meritocracia.
- (E) os mecanismos de inclusão reduzem o racismo.

22. Diferentes pesquisas do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística trazem informações relevantes relacionadas ao patrimônio das famílias. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019, ano da investigação mais recente com dados disponíveis sobre o tema, fornecem uma série de elementos sobre o local de moradia – que constitui um dos principais ativos do patrimônio de muitas famílias.

Um primeiro elemento, a condição de ocupação do domicílio, apresenta apenas pequenas diferenças segundo a cor ou raça da população. Em 2019, 73,1% da população branca residia em domicílios próprios, proporção que era de 71,8% para a população parda e de 71,1% para a população preta.

(BRASIL – IBGE, 2022)

Os dados apresentados no texto permitem inferir que, no Brasil atual,

- (A) bens imóveis têm localização e estrutura muito distintas.
- (B) perfis raciais diferentes têm acesso aos mesmos imóveis.
- (C) políticas habitacionais promovem a desigualdade social.
- (D) desigualdades sociais e raciais estão sendo superadas.
- (E) programas habitacionais não têm resultados práticos.

23. Segundo Zygmunt Bauman: “Há uma diferença muito grande, na verdade a mais profunda oposição que se possa conceber, entre analisar criticamente nossas próprias práticas de vida e impor a outras pessoas práticas que não são de sua escolha” (2015). Zygmunt Bauman acrescenta, ademais, que concorda com Cornelius Castoriadis, que qualifica como um “apaixonado defensor da genuína democracia”.

Para Bauman e Castoriadis, o que estaria errado em nossa sociedade, e a maneria distante da democracia genuína, é que ela

- (A) convive com o racismo.
- (B) permite desigualdades.
- (C) voltou ao autoritarismo.
- (D) parou de se questionar.
- (E) admite os preconceitos.

24. Não é vocação nem tarefa da sociologia impor escolhas de valores. Além disso, mesmo que quisesse, a sociologia não tem esse poder. A vocação da sociologia é tornar a escolha de valores viável e plausível, assim como colocá-la ao alcance do indivíduo que tem sobre si a obrigação de encontrar soluções adequadas para problemas existenciais socialmente produzidos.

(Bauman, 2015. Adaptado)

Segundo Zygmunt Bauman, cabe efetivamente à Sociologia

- (A) promover a disseminação de ideais marxistas entre as classes populares.
- (B) traduzir os anseios das elites e combatê-los para promover a justiça social.
- (C) esclarecer os mecanismos e processos que promovem a exclusão social.
- (D) implementar a luta de classes e promover a luta contra o capitalismo industrial.
- (E) tornar as opções inteligíveis e evidenciar as responsabilidades envolvidas.

25. Para que e para quem serve a Sociologia? A Sociologia deve necessariamente “servir” a algo ou a alguém? E se ela tiver utilidade, qualquer que seja ela, qual deve ser sua natureza: (i) política (formar o pesquisador-*expert*, pesquisador conselheiro do príncipe, pesquisador dando armas de lutas aos dominados de toda natureza); (ii) terapêutica (analisar como diminuir os sofrimentos individuais pela compreensão do mundo social e de seus determinismos); (iii) cognitivo-científica (produzir o conhecimento mais verdadeiro possível)? Eis uma série de questões que giram em torno da utilidade e da inutilidade efetivas ou desejadas da Sociologia, com as quais os pesquisadores são sempre e inevitavelmente confrontados.

(Lahire, 2014. Adaptado)

As questões levantadas pelo autor

- (A) revelam a falta de credibilidade científica do ensino e da pesquisa em Sociologia.
- (B) minimizam as reais dificuldades enfrentadas no ensino e na pesquisa sociológica.
- (C) destacam a multiplicidade de áreas de investigação e de atuação da Sociologia.
- (D) denunciam barreiras insuperáveis para a produção de conhecimento sociológico.
- (E) problematizam as abordagens ideológicas do ensino e da pesquisa em Sociologia.

26. Contra as injunções multiformes de produção de um “saber útil”, os cientistas sempre lutaram pela “curiosidade gratuita” ou a “pesquisa da verdade” nela mesma e por ela mesma. Ao mesmo tempo, não se pode deixar de pensar que atrás de fortes reações frente à exigência de ser “útil” e de “servir”, se esconde uma defesa de uma outra forma de utilidade.

(Lahire, 2014. Adaptado)

Essa outra forma de utilidade refere-se a

- (A) ajustes benéficos entre interesses corporativos e o interesse público.
- (B) contribuições que a reflexão oferece para o bem da sociedade.
- (C) usos da razão instrumental para a manutenção do atual *status quo*.
- (D) aportes que as humanidades oferecem para a indústria cultural.
- (E) funções da lógica de apropriação da cultura para consumo imediato.

27. Ao discutir a possibilidade de o ensino de Sociologia ser introduzido desde o ensino fundamental, Bernard Lahire levanta a seguinte pergunta: “Pelo seu conteúdo e sua forma, essas ciências sociais não seriam intrinsecamente voltadas a intervir apenas ao nível de uma formação superior?”

(2014. Adaptado)

Segundo o autor, a resposta a essa interrogação é a de que

- (A) a complexidade conceitual da Sociologia pode ser superada por meio de práticas de ensino adequadas.
- (B) a formação superior é o grau adequado para o ensino de sociologia devido a sua complexidade.
- (C) o conflito entre as diferentes teorias torna o ensino de Sociologia inviável no ensino fundamental.
- (D) o ensino médio é adequado para ensinar Sociologia, pois os alunos já possuem capacidade de abstração.
- (E) o ensino formal de Sociologia deveria integrar o ensino superior em todas as áreas de formação.

28. Uma das primeiras qualidades que o “olhar sociológico” supõe é uma capacidade de descrição e de narração daquilo que é possível observar diretamente (paisagens, lugares, ambientações, objetos, personagens, maneiras de falar ou de fazer), quando estamos armados de nossos sentidos e de nossas categorias de percepção do mundo social. A descrição e a narração de cenas observadas são, portanto, a ocasião de aprender a nomear as coisas, a discriminar as situações, a designar gestos, mímicas ou atitudes. É também a ocasião de mostrar que os comportamentos individuais não se compreendem de maneira isolada, mas sempre “em relação a”, “em reação frente a”, “em interação com”, outros elementos do contexto (outros indivíduos, objetos, palavras ou gestos).

(Lahire, 2014. Adaptado)

Segundo Bernard Lahire, o “olhar sociológico” permite ao professor/pesquisador descrever adequadamente a realidade observada a partir de sua

- (A) subjetividade descritiva.
- (B) opção metodológica.
- (C) riqueza léxica.
- (D) opção ideológica.
- (E) objetividade epistemológica.

29. Quando, em uma república, o povo em conjunto possui o poder soberano, trata-se de uma Democracia. Quando o poder soberano está nas mãos de uma parte do povo, chama-se uma Aristocracia. O povo, na democracia, é, sob certos aspectos, o monarca; sob outros, é súdito.

(Montesquieu, 2000)

Segundo o autor, o poder soberano do povo está condicionado

- (A) ao exercício do poder de polícia.
- (B) ao apoio do poder legislativo.
- (C) à tutela do poder moderador.
- (D) à imparcialidade do poder judiciário.
- (E) à expressão coletiva de suas vontades.

30. As leis da educação são as primeiras que recebemos. E, como elas nos preparam para sermos cidadãos, cada família particular deve ser governada no mesmo plano da grande família que compreende todas. Se o povo em geral tem um princípio, as partes que o compõem, isto é, as famílias, também o terão. As leis da educação serão, portanto, diferentes nas monarquias, nas repúblicas e no despotismo.

(Montesquieu, 2000)

Para Montesquieu, as leis da educação em estados despóticos deverão cultivar

- (A) o ódio.
- (B) a honra.
- (C) a violência.
- (D) o temor.
- (E) a virtude.

31. O luxo é sempre proporcional à desigualdade das fortunas. Se, num Estado, as riquezas são igualmente divididas, não haverá luxo, pois o luxo está baseado nas comodidades que obtemos com o trabalho dos outros. O luxo também é proporcional ao tamanho das cidades, e principalmente da capital; de forma que ele está na razão composta das riquezas do Estado, da desigualdade das fortunas dos particulares e do número de homens que se reúnem em certos lugares. Quanto maior o número de homens reunidos, mais vão eles se tornam e sentem nascer dentro de si a vontade de se singularizar por meio de pequenas coisas.

(Montesquieu)

Considerando os apontamentos de Montesquieu, o luxo

- (A) materializa a busca pela igualdade social.
- (B) revela o grau de imperfeição da república.
- (C) permite o bem-estar da sociedade civil.
- (D) incentiva a busca por ascensão social.
- (E) indica o esforço individual de progresso.

32. Se uma república for pequena, ela será destruída por uma força estrangeira; se for grande, será destruída por um vício interior. Este duplo inconveniente infecta igualmente as democracias e as aristocracias, sejam elas boas ou más. O mal está na própria coisa; não há nenhuma forma que a possa remediar. Assim, parecia muito provável que os homens fossem afinal obrigados a viver sob o governo de um só, se não tivessem imaginado uma forma de constituição que possui todas as vantagens internas do governo republicano e a força externa da monarquia.

(Montesquieu, 2000. Adaptado)

Segundo Montesquieu, a forma de governo que possui as vantagens da república e da monarquia, sem reproduzir suas desvantagens, é a

- (A) república federativa.
- (B) democracia direta.
- (C) aristocracia parlamentar.
- (D) monarquia senatorial.
- (E) república unitária.

33. Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores do poder. Quando e por que os homens obedecem? Sobre que justificação íntima e sobre quais meios exteriores repousam esse domínio?

(Weber, 1982. Adaptado)

Max Weber aponta que, dentre as justificações básicas de tal domínio, encontra-se

- (A) a força da religião.
- (B) o carisma do líder.
- (C) o comando do exército.
- (D) a virtude da assembleia.
- (E) o poder da população.

34. Em geral, entendemos por “poder” a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria em uma ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação.

(Weber, 1982)

Considerando sua caracterização de “poder”, qual seria a relação, segundo Max Weber, entre o poder político e os fatores econômicos?

- (A) O poder econômico é distinto do poder enquanto tal.
- (B) Os fatores políticos condicionam o poder econômico.
- (C) O poder político é decorrente de fatores econômicos.
- (D) O poder político e o econômico se confundem.
- (E) O poder econômico se sobrepõe ao poder político.

35. Como aponta Max Weber em seus *Ensaios de Sociologia*, a burocracia moderna envolve modos específicos de funcionamento. Para ele: “Os princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridades significam um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores” (1982).

Segundo Weber (1982), tal ordenamento permite, em especial,

- (A) a preservação de registros documentais originais.
- (B) a plena capacidade de trabalho dos funcionários.
- (C) o recurso de uma decisão a uma autoridade superior.
- (D) o estabelecimento de relações institucionais horizontais.
- (E) o treinamento especializado e completo dos funcionários.

36. Depois de descrever a sociologia da autoridade carismática na obra *Ensaios de Sociologia*, Max Weber argumenta que: “É destino do carisma, sempre que chega às instituições permanentes de uma comunidade, dar lugar aos poderes da tradição ou da socialização racional. Esse desaparecimento do carisma indica, geralmente, a decrescente importância da ação individual” (1982).

Qual é, segundo Weber, a força que diminui a importância da ação individual mais irresistível?

- (A) A coragem do líder.
- (B) O poder econômico.
- (C) A interferência religiosa.
- (D) O esforço coletivo.
- (E) A disciplina racional.

37. Particularmente nas últimas décadas, a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho.

(Antunes, 2009)

A mutação a que se refere Ricardo Antunes no excerto é

- (A) o aumento da massa salarial.
- (B) a ampliação do mercado financeiro.
- (C) a falta de mão de obra qualificada.
- (D) o enorme desemprego estrutural.
- (E) a criação do comércio virtual.

38. O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Não sendo consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável, esse sistema de metabolismo social é o resultado de um processo historicamente constituído. Os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido. Um sistema de mediações de segunda ordem sobredeterminou suas mediações primárias básicas, suas mediações de primeira ordem.

(Antunes, 2009)

Segundo Ricardo Antunes, é característica das mediações de primeira ordem dos seres humanos:

- (A) ser parte da natureza e não poder sobreviver como indivíduo.
- (B) introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social.
- (C) subordinar a acumulação de mão de obra à expansão do capital.
- (D) ampliar o valor de troca ao qual os demais valores devem ser subordinados.
- (E) converter a produção do capital no principal propósito da humanidade.

39. Uma vez que finquem seus pés numa escola ou numa comunidade, seja ela física ou eletrônica, os *sítes* de “rede social” se espalham à velocidade de uma “infecção virulenta ao extremo”. Com muita rapidez, deixaram de ser apenas uma opção entre muitas para se tornarem o endereço padrão de um número crescente de jovens, homens e mulheres. Obviamente, os inventores e promotores das redes eletrônicas tocaram uma corda sensível – ou num nervo exposto e tenso que há muito esperava o tipo certo de estímulo. Eles podem ter motivos para se vangloriar de terem satisfeito uma necessidade real, generalizada e urgente.

(Bauman, 2022. Adaptado)

Qual seria, segundo Bauman, a necessidade suprida pelas redes sociais digitais?

- (A) O intercâmbio de informações pessoais.
- (B) A dificuldade de comunicação instantânea.
- (C) A problematização de bens de alto luxo.
- (D) O uso de dispositivos de comunicação.
- (E) A capacidade de armazenamento de dados.

40. Hoje em dia, *deficit* de poder e recursos afligem a maioria dos Estados-nação que luta para desempenhar a contento a tarefa da *comodificação* – *deficit* causados pela exposição do capital nativo à competição cada vez mais intensa resultante da globalização dos mercados de capitais, trabalho e mercadorias, e pela difusão planetária das modernas formas de produção e comércio, assim como dos *deficit* provocados pelos custos, em rápido crescimento, do “Estado de bem-estar social”, esse instrumento supremo e talvez indispensável da *comodificação* do trabalho.

A *comodificação* a que se refere Bauman (2022) no excerto é um fenômeno contemporâneo que permite

- (A) acumular capital por meio de criptomoedas.
- (B) criar novas formas de produção em série.
- (C) oferecer racionalmente bens e serviços.
- (D) transformar quase tudo em mercadoria.
- (E) efetuar processos de compra e licitação.

41. Na obra intitulada *Vida para o consumo*, Zigmunt Bauman (2022) apresenta e problematiza a “síndrome cultural consumista”, que ele considera um desvio seminal que congrega diferentes impulsos, intuições, propensões e modos de vida, sendo drasticamente distinta da síndrome cultural que a precedeu, qual seja, a “síndrome cultural produtivista”.

Para Bauman (2022), a “síndrome cultural consumista” caracteriza-se por

- (A) promover uma relação afetiva entre o consumidor e uma marca.
- (B) colocar o valor da novidade acima do valor da permanência.
- (C) privilegiar a funcionalidade e a qualidade dos objetos de consumo.
- (D) criar meios permanentes de comunicação com os consumidores.
- (E) adaptar estratégias clássicas de propaganda para o espaço digital.

42. A visão da sociedade ideal para os positivistas ortodoxos era comunitária e incorporadora. Em menor escala, o modelo liberal poderia também incluir exigências de ampliação da participação popular. O extravasamento das visões de república para o mundo extraélite, ou as tentativas de operar tal extravasamento, diante da nula participação popular na proclamação, não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal.

(Carvalho, 2017. Adaptado)

Segundo José Murilo de Carvalho, o mencionado extravasamento das visões de república ocorreu

- (A) por meio de imagens, alegorias, símbolos e mitos.
- (B) graças ao empenho profissional de educadores.
- (C) facilitando a organização de sindicatos e associações.
- (D) realizando anúncios verbais em espaços públicos.
- (E) utilizando panfletos, cartazes e literatura de cordel.

43. É contínua e reiterada a reflexão sobre aspectos fundamentais e secundários da sociedade nacional. As controvérsias entre grupos, classes, movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opinião pública, compreendendo intelectuais, artistas e líderes, mantêm sempre em aberto os dilemas do presente, das relações entre o passado e o presente, das possibilidades do futuro. Nas conjunturas críticas, no entanto, quando ocorrem rupturas estruturais mais ou menos amplas ou mesmo revoluções, a nação é levada a pensar-se de novo, de modo mais abrangente, original ou recorrente.

(Ianni, 1994. Adaptado)

Para Octavio Ianni, os diferentes modos pelos quais a nação pensa a respeito de si mesma depois de rupturas estruturais têm um elemento em comum:

- (A) as classes populares são beneficiadas pela elite.
- (B) a luta de classes é vencida pelos donos do capital.
- (C) a história esconde o segredo do presente.
- (D) os modos de exploração social dissiparam-se.
- (E) o sistema ecológico é tencionado ao máximo.

44. A Declaração de Independência, a Assembleia Nacional Constituinte, os conflitos com os portugueses e as lutas populares não conseguiram lançar o país a um patamar mais avançado da história. As campanhas e os escritos de José Bonifácio, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Frei Caneca e outros, bem como as revoltas e revoluções populares em diversas partes do país, não provocaram a abolição do regime de trabalho escravo, a Proclamação da República, o estabelecimento de garantias democráticas.

(Ianni, 1994. Adaptado)

Segundo Octavio Ianni, depois da Declaração da Independência, ocorreram

- (A) processos de democratização gradativa.
- (B) pactos para promoção de reformas sociais.
- (C) acordos de trabalho para escravos libertos.
- (D) arranjos de conciliação pelo alto.
- (E) ajustes em benefício do trabalho rural.

45. Em 1930, o Brasil realizou uma tentativa fundamental, no sentido de entrar no ritmo da história, tornar-se contemporâneo do seu tempo, organizar-se segundo os interesses dos seus setores sociais mais avançados. Tudo o que vinha germinando antes se torna mais explícito e desenvolve-se com a crise e ruptura simbolizadas pela Revolução. O que se encontrava em esboço, apenas intuído, de repente parece clarificar-se.

(Ianni, 1994)

Qual é essa “tentativa fundamental” a que se refere Octávio Ianni?

- (A) O início da experiência democrática com o Estado Novo.
- (B) O estabelecimento de ideais republicanos no Estado brasileiro.
- (C) O movimento cultural que se segue do projeto antropofágico.
- (D) A criação das empresas estatais para a modernização do país.
- (E) A formulação das principais interpretações do Brasil moderno.

46. As últimas modas provenientes dos centros culturais dominantes da Europa e Estados Unidos podem ressoar em alguns centros culturais brasileiros como novas verdades que substituem as anteriores. Há alguns para os quais a última novidade europeia ou norte-americana pode representar o novo paradigma para pensar, filosofar, explicar ou criar. O filósofo brasileiro pode imaginar que só na Europa, isto é, em Paris, é que podem encontrar-se os grandes problemas da filosofia. Algo semelhante dirão alguns sociólogos, antropólogos, economistas, historiadores, escritores, ensaístas e outros.

(Ianni, 1994. Adaptado)

Segundo Octavio Ianni, tal vínculo com paradigmas estrangeiros implica que a ideia de um Brasil moderno

- (A) provém de diálogos interdisciplinares para a adequada compreensão do país.
- (B) tem algo de caricatura por imitações apressadas e imposições teórico-conceituais.
- (C) permite a avaliação sócio-histórica das consequências nefastas do escravismo.
- (D) aplica com sucesso teorias universais ao contexto socioeconômico brasileiro.
- (E) resulta de análises originais das especificidades político-econômicas do país.

47. Em sua análise das *Teses sobre Feuerbach*, Wolfdietrich Schmied-Kowarzik (2019) aponta que: “A acusação a todas as formas de materialismo, do empirismo positivista até sua estrutura consciente em Feuerbach, presente na Primeira Tese, consiste no fato de que, nas várias formas de materialismo, a realidade enquanto objeto é contraposta ao sujeito, sem compreender que, com isto, se perde de vista a realidade enquanto efetiva”.

Segundo Schmied-Kowarzik, a perda da efetiva visão da realidade resulta de

- (A) deixarmos de lado aspectos essenciais da dialética da natureza.
- (B) pretermirmos a natureza analítica das relações intersubjetivas.
- (C) esquecermos de que somos partes constituintes da realidade.
- (D) entendermos adequadamente o conceito marxista de práxis.
- (E) praticarmos um tipo de lógica formal positivista e materialista.

48. No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazermos isso, estamos falando de forma metafórica. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. O filósofo conservador Roger Scruton argumenta que, se o ser humano existe e atua como um ser autônomo, ele o faz somente porque pode primeiro identificar-se a si mesmo como membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação.

(Hall, 2006. Adaptado)

Para Stuart Hall, as identidades nacionais

- (A) constituem-se pela soma de múltiplas identidades locais.
- (B) emergem da aceitação do mesmo corpo de crenças religiosas.
- (C) resultam das semelhanças de uma herança genética comum.
- (D) decorrem da negação das características de outras nações.
- (E) são formadas e transformadas por representações culturais.

49. No contexto dos processos de globalização cada vez mais acentuados, a medida em que as culturas nacionais se tornam mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural.

(Hall, 2006. Adaptado)

Como resultado dos fluxos culturais da globalização, Stuart Hall aponta que

- (A) prevalecem os interesses nacionais em detrimento dos interesses do capital.
- (B) nascem fortes organizações conservadoras em defesa da identidade nacional.
- (C) são fortalecidas as identidades nacionais tradicionalistas de base religiosa.
- (D) surgem identidades compartilhadas e independentes de fronteiras nacionais.
- (E) predominam movimentos sociais de recusa de influências culturais externas.

50. Como resultado dos processos de globalização, algumas pessoas argumentam que o “hibridismo” e o sincretismo – a fusão entre diferentes tradições culturais – são uma poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de cultura, mais apropriada à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado. Outras, entretanto, argumentam que o hibridismo e o sincretismo também têm seus custos e perigos.

(Hall, 2006. Adaptado)

Entre as consequências negativas do hibridismo e do sincretismo cultural, Stuart Hall destaca

- (A) a indeterminação, a dupla consciência e o relativismo.
- (B) a proliferação de preconceitos e estereótipos culturais.
- (C) o ufanismo cultural e a exclusão de valores e crenças.
- (D) a valorização de culturas exóticas e não convencionais.
- (E) o fundamentalismo religioso e a valorização de uma etnia.

51. Já foram cantados em prosa e verso os movimentos por justiça social que protestaram nas ruas, convencidos de que as instituições existentes e os procedimentos normais só reforçavam o *status quo*. Muitos direitos foram conquistados nas sociedades democráticas por meio de corajoso ativismo – a jornada de oito horas, o voto feminino, o direito de se sentar em qualquer restaurante. No entanto, a teoria democrática contemporânea, especialmente a teoria deliberativa, raramente reflete sobre o papel da manifestação e da ação direta.

(Young, 2014. Adaptado)

Para a autora, as teorias democráticas contemporâneas são relutantes em refletir sobre o ativismo porque

- (A) o objetivo da democracia burguesa é refrear a luta de classes.
- (B) as causas defendidas por ativistas beneficiam apenas minorias.
- (C) o seu objetivo geral é a preservação do atual estado de coisas.
- (D) o ativismo frequentemente envolve manipulação das massas.
- (E) as táticas características do ativismo são de enfrentamento.

52. Iris Marion Young (2014) apresenta em seu texto *Desafios ativistas à democracia deliberativa* um possível diálogo entre duas personagens, uma defensora da democracia deliberativa e uma ativista. Segundo a autora: “Um diálogo entre elas é útil porque suas receitas para um bom exercício da cidadania divergem em vários aspectos”

(Adaptado).

De acordo com a autora, tal diálogo tem como objetivo

- (A) preservar o princípio da argumentação racional para alcançar juntamente acordos políticos.
- (B) problematizar as normas que toleram desigualdades estruturais nas democracias existentes.
- (C) defender a democracia direta e os princípios da efetiva representação da vontade popular.
- (D) questionar as políticas públicas que beneficiam interesses parciais de grupos vulneráveis.
- (E) recomendar que os cidadãos responsáveis obedeam às normas da democracia deliberativa.

53. Ao construir o diálogo entre as duas personagens, a ativista e a defensora da deliberação democrática, Iris Marion Young (2014) se interroga sobre a atribuição de gênero às personagens dos textos: “No esforço para associar às personagens uma sensação corporificada, atribui pronomes de gênero específicos a cada uma delas. Essa decisão revela um dilema perturbador: elas devem ser ambas do sexo masculino, ambas do sexo feminino ou um homem e uma mulher? Decidir que uma deve ser homem, e a outra, mulher, só aumenta o dilema: qual delas deve ser o quê? Ao experimentar cada opção, descubro que minha atribuição evoca estereótipos indesejáveis de qualquer maneira”. A solução da autora, mesmo reconhecidamente parcial, foi atribuir à personagem ativista pronome masculino e à democrata deliberativa, pronome feminino.

A justificativa dessa escolha foi

- (A) realçar a necessidade da presença masculina em processos de deliberação racional.
- (B) dar o devido destaque à associação de mulheres a espaços instituídos de poder.
- (C) evidenciar o papel da calma e do autocontrole nos enfrentamentos ativistas.
- (D) salientar o papel da força física masculina em situações de confronto ativista.
- (E) enfatizar a relevância da racionalidade em processos de deliberação democrática.

54. No diálogo entre a perspectiva ativista e a perspectiva da democracia deliberativa que Iris Marion Young propõe no texto intitulado *Desafios ativistas à democracia deliberativa*, ela problematiza os procedimentos tradicionais consagrados da chamada *democracia deliberativa*.

Segundo a autora, os problemas centrais da democracia deliberativa surgem porque, em tais democracias,

- (A) os protestos e as reivindicações populares dos ativistas são sistematicamente ignorados.
- (B) a política institucional implementa continuamente várias formas de promoção da igualdade.
- (C) as discussões ocorrem em contextos em que idealizações teóricas de inclusão não se efetivam.
- (D) o *status quo* evita conceder benefícios sociais de modo a evitar confrontos generalizados.
- (E) as práticas ativistas impõem à sociedade em geral formas de protesto violentas e agressivas.

55. Como reivindicações morais, os direitos humanos nascem quando devem e podem nascer. Como realça Norberto Bobbio (1988), os direitos humanos não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas. Para Hannah Arendt (1979), os direitos humanos não são um dado, mas uma produção, uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução. Compõem um construído axiológico, fruto de nossa história, de nosso passado, de nosso presente, fundamentado em um espaço simbólico de luta e ação social. No dizer de Joaquin Herrera Flores, os direitos humanos compõem a nossa racionalidade de resistência, na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana.

(Piovesan, 2005)

Na análise histórica de Flávia Piovesan, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948

- (A) endossou políticas adotadas por países europeus para preservar suas identidades nacionais então em risco.
- (B) permitiu refletir sobre as políticas públicas inclusivas adotadas por todos os países membros da ONU.
- (C) incluiu na pauta dos direitos humanos os direitos fundamentais de liberdade religiosa e de propriedade privada.
- (D) deu continuidade à concepção de direitos humanos construída nas primeiras duas décadas do século XX.
- (E) inovou a gramática dos direitos humanos ao introduzir a universalidade e indivisibilidade desses direitos.

56. A primeira fase de proteção dos direitos humanos foi marcada pela tônica da proteção geral, que expressava o temor da diferença (que no nazismo havia sido orientada para o extermínio) com base na igualdade formal – “todos são iguais perante a lei”. Torna-se, contudo, insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade.

(Piovesan, 2005)

Como ressalta a autora,

- (A) situações que coloquem em risco a sociedade civil exigem que os sujeitos de direito sejam preteridos.
- (B) subjetividades que espelhem o perfil majoritário da sociedade civil merecem proteções adicionais.
- (C) sujeitos de direito vulneráveis merecem o mesmo amparo legal que os demais membros da sociedade civil.
- (D) sujeitos de direito determinados ou violações de direitos exigem uma resposta específica e diferenciada.
- (E) pautas em defesa de subjetividades sociais não hegemônicas são problemáticas e devem ser questionadas.

57. No âmbito do Direito Internacional sobre Direitos Humanos, Flávia Piovesan, no texto intitulado *Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos*, destaca que haveria duas estratégias de combate à discriminação: a) repressiva punitiva (que tem por objetivo punir, proibir e eliminar a discriminação); b) promocional (que tem por objetivo promover, fomentar e avançar a igualdade).

(Piovesan, 2005)

Segundo aponta a autora, a discriminação a ser combatida ocorre quando pessoas

- (A) são tratadas como iguais em situações diferentes e como diferentes em situações iguais.
- (B) têm tratamento diferenciado na sociedade em razão de suas posturas político-ideológicas.
- (C) são incentivadas legalmente em função de sua identidade de gênero ou orientação sexual.
- (D) são tratadas diferentemente em conformidade com seus méritos e capacidades individuais.
- (E) têm privilégios específicos em função de nível de formação, perfil étnico e opção religiosa.

58. As duas principais conclusões de estudos sobre a diferenciação racial no Brasil são as seguintes: 1) a superação das desigualdades raciais, com a consequente mobilidade ascensional dos negros, só se dará pela implementação de políticas de promoção diferencial que eliminem os mecanismos discriminatórios presentes no cotidiano nacional; 2) a experiência brasileira contradiz uma proposição básica da chamada “tese do industrialismo”.

(Paula e Heringer, 2009. Adaptado)

Segundo as autoras, a mencionada “tese do industrialismo” é aquela segundo a qual

- (A) a indústria promove o mérito independentemente do perfil racial.
- (B) o crescimento industrial produz um aumento da fluidez social.
- (C) o salário dos trabalhadores da indústria independe de sexo ou raça.
- (D) a atividade industrial incorpora os mecanismos de discriminação.
- (E) o preconceito racial está amplamente disseminado entre industriais.

59. Durante o período autoritário, 1964 a 1985, do ponto de vista econômico chama a atenção que após um período de estagnação ocorre o intitulado “milagre” econômico brasileiro, entre 1968 e 1973, ao qual se segue um período marcado pelo crescimento interno com endividamento em um mundo marcado pela crise do modelo econômico até então vigente.

(In: Paula e Heringer, 2009)

Segundo o texto, as repercussões da ruptura política com os preceitos democráticos permitiram a introdução de uma agenda marcada por

- (A) controle ideológico da esfera pública e combate dos opositores ao regime.
- (B) desenvolvimento social, econômico e político na sociedade civil brasileira.
- (C) combate legítimo a extremismos que ameaçavam a segurança pública.
- (D) sucessos econômicos no que se refere à distribuição da renda nacional.
- (E) abertura política e social com a implantação progressiva da lei de anistia.

60. Bobbio (1992) apresenta três fases no desenvolvimento dos direitos humanos. A primeira, na qual se afirmam os direitos civis que têm como fundamento reservar para o indivíduo uma esfera de liberdade em relação ao Estado. A segunda, os direitos políticos que concebem a liberdade como autonomia, portanto, para além do não impedimento, propiciando a participação cada vez mais ampla, generalizada e frequente dos membros de uma comunidade no poder político. E, finalmente, os direitos sociais, como os do bem-estar e da igualdade não apenas formal.

(In: Paula e Heringer, 2009. Adaptado)

No entanto, cabe lembrar que, no Brasil,

- (A) os direitos sociais foram desenvolvidos a partir de 1930 e os direitos civis são de fato desrespeitados até hoje.
- (B) os direitos civis foram inteiramente respeitados durante a ditadura militar implantada a partir de 1964.
- (C) os direitos de liberdade de expressão e de culto foram conquistados apenas a partir da Constituição Federal de 1967.
- (D) os direitos fundamentais para o exercício da cidadania foram inteiramente conquistados a partir da Constituição de 1988.
- (E) os direitos políticos foram conquistados a partir de 1934 e os direitos civis, a partir da Constituição Federal de 1988.

